

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CUMBOFILIA - RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

VACINAÇÃO

Como é do conhecimento geral a vacinação dos pombos-correio contra a doença de Newcastle (Paramixovírus) é obrigatória.

ENQUADRAMENTO LEGAL:

A obrigatoriedade da vacinação decorre de diretivas emanadas pelo Ministério da Agricultura (edital n.º 2 de 04 Agosto de 2009) e pela União Europeia. Destes normativos resulta: (1) a imposição de só poderem ser utilizadas vacinas homologadas pelas autoridades sanitárias nacionais e (2) caber à Federação Portuguesa de Columbofilia a



criação de mecanismos que assegurem a vacinação de todos os pombos-correio com vacinas reconhecidas pelo Estado português. Neste contexto, cabe em primeira instância à FPC, regular, controlar e assegurar perante a autoridade sanitária que o processo de vacinação, realizado com periodicidade anual, cumpre com os requisitos anteriormente indicados.

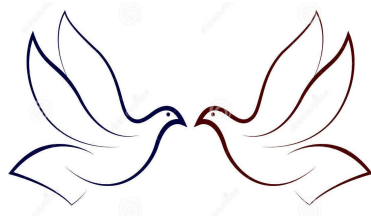
ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR:

O Regulamento Desportivo Nacional prevê no artigo 3º nº 1 alínea f) que “só poderão tomar parte em concursos de pombos-correio, os columbófilos que tenham procedido às vacinações e outras ações do foro da sanidade determinadas pela F.P.C.”.

NOVOS COMPROVATIVOS DA VACINAÇÃO:

Ao longo dos anos foram utilizadas diversas metodologias para que os columbófilos comprovassem, de forma inequívoca, perante a F.P.C., que tinham procedido à vacinação das suas colónias, de acordo com a legislação em vigor.

Lamentavelmente todos os sistemas demonstraram fragilidades incompatíveis com a



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CUMBOFILIA - RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

responsabilidade da F.P.C. perante a Administração Pública. Se não temos dúvidas quanto à sensibilidade dos columbófilos em vacinarem os seus pombos contra a Doença de Newcastle, não nos é possível afirmar que todos o façam com as vacinas homologadas.

Ora, tal situação poderá vir a colocar, no curto prazo, sérios problemas na organização das provas. Seria lamentável que pelo incumprimento de alguns, outros, cumpridores da legislação em vigor, possam vir a ser cerceados de participar desportivamente nas provas calendarizadas pelas Associações Distritais e Federação.

Só é reconhecida a vacinação efetuada com vacinas homologadas pelo Estado Português. Segundo informação da D.G.A.V. estão homologadas as seguintes vacinas:

- COLOMBOVAC PMV E COLOMBOVAC PMV / POX
- NOBILIS PARAMIXO P201

A eventual utilização de outras vacinas é um ato que contraria as disposições legais e regulamentares em vigor.

Para a época desportiva de 2016 só foram aceites como comprovativos da vacinação:

- **A fatura/recibo de aquisição** emitida em nome do columbófilo, discriminando a marca da vacina, nº de doses e validade.
ou
- **A declaração do médico veterinário** junta com uma lista dos pombos vacinados, devidamente carimbada e assinada, sempre que os pombos forem vacinados por um veterinário. Esta declaração servirá de comprovativo não sendo, nesse caso, necessário apresentar a fatura.

No caso em que dois ou mais columbófilos se associam na compra da vacina a fatura deve ser emitida em nome de um deles, devendo a coletividade juntar a respetiva fatura às listas de vacinação dos columbófilos envolvidos.